



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO
SENGÉS PAPEL E CELULOSE



VOLUME I de II

PERÍODO DA AÇÃO: 02 a 11/12/09
LOCAL: - Sengés-PR
ATIVIDADE: Fabricação de Papel

CP 135/2009

ÍNDICE



1.	Equipe	3
2.	Dados do Empregador Fiscalizado	4
3.	Da origem da ação fiscal	5
4.	Dados Gerais da Operação	5
5.	Descrição da Ação Fiscal	5 a 7
6.	Dos autos de infração lavrados	7 a 9
7.	Descrição das Irregularidades Trabalhistas	9 a 20
8.	Conclusão	20

ANEXOS

1.	Cartão CNPJ da empresa fiscalizada	22
2.	Cartão CNPJ da matriz	23
3.	Cartão CNPJ das empresas do mesmo grupo econômico	24 a 26
4.	Cópia do Contrato Social da empresa fiscalizada	27 a 36
5.	Cópia do Contrato Social da empresa do mesmo grupo econômico	37 a 45
6.	Termo de Notificação emitido em 09/12/09	46 e 47
7.	Relação dos empregados da empresa fiscalizada	48 a 55
8.	Cópia de Convenção Coletiva de Trabalho	56 a 73
9.	Cópia de Acordos Coletivos de Trabalho	74 a 106
10.	Ata de Reunião	107
11.	Autos de infração emitidos	108 a



1 - EQUIPE

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

[REDACTED] Coordenadores	AFT – Legislação	CIF [REDACTED]
	AFT – Legislação	CIF [REDACTED]
[REDACTED]	AFT - Legislação	CIF [REDACTED]
	AFT – Legislação	CIF [REDACTED]
	AFT – Segurança	CIF [REDACTED]
	AFT – Legislação	CIF [REDACTED]
	AFT – Legislação	CIF [REDACTED]
[REDACTED]	Motorista	
	Motorista	

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

[REDACTED]	Procurador do Trabalho 9ª.Região
[REDACTED]	Motorista

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

[REDACTED]	Agente de Polícia Federal
	Agente de Polícia Federal
	Escrivão de Polícia Federal
	Agente de Polícia Federal

2 - IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADOR

- a) Período da ação: 02 a 11/12/09
- b) Empregador: Sengés Papel e Celulose Ltda.
- c) CNPJ: 43.014.521/0007-04
- d) Nome de Fantasia: Fábrica de Papel Sengés
- e) CNAE: 17.21-4/00
- f) LOCALIZAÇÃO: [REDACTED]
- g) ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: [REDACTED]
- h) TELEFONES: [REDACTED]
- i) Contrato Social registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná, na Agência Regional de Ponta Grossa, em 20/10/2009, sob o nº. 41901120557.

2.1 – MATRIZ

- a) Razão Social: Sengés Papel e Celulose Ltda.
- b) CNPJ: 43.014.521/0001-00
- c) CNAE: 17.21-4/00
- d) LOCALIZAÇÃO: [REDACTED]
- e) ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: [REDACTED]
- f) Contrato Social registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná, na Agência Regional de Ponta Grossa, em 20/10/2009, sob o nº. 41901120557.

2.2 – EMPRESA DO MESMO GRUPO ECONÔMICO

- a) Razão Social: Transportadora Cemil Ltda. (Matriz)
- b) CNPJ: 77.776.060/0001-25
- c) CNAE: 49.30-2/02
- d) LOCALIZAÇÃO: [REDACTED]
- e) ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: [REDACTED]
- f) Contrato Social registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob o nº. 157.375/08-0.

2.2.1 EMPRESA DO MESMO GRUPO ECONÔMICO

- a) Razão Social: Transportadora Cemil Ltda. (Filial)
- b) CNPJ: 77.776.060/0004-78
- c) CNAE: 49.30-2/02
- d) LOCALIZAÇÃO: [REDACTED]
- e) ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: [REDACTED]
- f) Contrato Social registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob o nº. 157.375/08-0.

3 - DA ORIGEM DA AÇÃO FISCAL

A presente ação fiscal ocorreu em função de fiscalização em outras empresas do mesmo grupo econômico, devido ao rastreamento realizado anteriormente na região, bem como, ao Procedimento Investigatório Nº. 1.247/03 do Ministério Público do Trabalho – 9ª Região.

4 - DADOS GERAIS DA OPERAÇÃO

Empregados alcançados	524
Homem	435
Mulher	21
Adolescente	00
Registrados durante ação fiscal	00
Homem	00
Mulher	00
Adolescente	00
Retirados	00
Guias Seguro Desemprego do Trabalhador Resgatado	00
Valor bruto das rescisões	00
Valor líquido recebido	00
Nº de Autos de Infração lavrados	29
Autos de Apreensão e Guarda	00
Termos de Interdição de alojamento e/ou frentes de trabalho	00
Prisões efetuadas	00
Trabalhadores sem CTPS	00
Número de CAT emitidas	00

5 - DESCRIÇÃO DA AÇÃO FISCAL

No exame documental constatamos que referido empregador mantém em atividade laboral 456 (quatrocentos e cinquenta e seis) empregados.

Em inspeção realizada na planta industrial no dia 03/12/09 foram constatadas inúmeras irregularidades que levaram à lavratura dos autos de infração descritos no curso do presente relatório. Embora a situação constatada correspondesse a risco grave o empregador manifestou real interesse em regularizar prontamente os itens apontados, no que foi concedido prazo de 72hs (setenta e duas horas) para regularização das situações relatadas nos respectivos autos de infração, ou seja; para instalar diversas proteções de transmissão de máquinas; instalar guarda-corpos em locais com riscos de queda de altura; instalar proteções nos pisos abertos; reparar diversas instalações elétricas que se encontravam expostas as quais submetiam os empregados a constantes riscos de acidentes; segregar áreas inadequadas ao uso; instalar e fazer pára-raios;

fazer medidas de resistividade do solo; inspecionar equipamentos de elevar carga (pontes rolantes, talhas), instalar botoeiras de parada de emergência de máquinas, instalar avisos sonoros

de ré em máquinas e veículos de propulsão motora, instalar avisos sonoros de acionamento e parada em máquinas de grandes proporções; conceder intervalos de 15 (quinze) minutos para repouso nas jornadas de trabalho de até 6:00hs; adequar as instalações sanitárias às condições de uso (trocar bacias turcas por vasos sanitários, manter papel higiênico nos gabinetes sanitários, além de papel toalha e sabão nas pias e lavatórios); dotar as áreas de trabalho, de refeitórios onde os empregados possam tomar as suas refeições com conforto e higiene.

O regime de trabalho do pessoal da fábrica é realizado em turnos ininterruptos e contínuos de 6 horas diárias, operando todos os dias do ano, inclusive no Natal e no Ano Novo. Os vestiários não se apresentavam em adequadas condições de higiene e conservação. Não havia armários em quantidade suficiente para todos os trabalhadores, além disso, os mesmos deveriam ser duplos conforme prescreve a Norma. As instalações sanitárias não estavam providas de papel higiênico nem de cesto de lixo com tampa. Não havia toalhas descartáveis para secagem das mãos e as instalações sanitárias eram do tipo "bacia turca". Os empregados que laboram no regime de seis horas não tinham o intervalo de 15 minutos para tomada das refeições, e, assim sendo, levavam sacolas contendo alimentos para o interior da fábrica.

A empresa foi notificada através do Termo de Notificação Nº. 022918-091209/001 (**doc. anexo**), com prazo de 60 dias, para, dentre outros itens, fazer o Prontuário das Instalações Elétricas; a montagem da rede de água para combate a incêndios; redimensionar os vestiários e armários; definir áreas para descanso e tomada de refeições nos galpões fabris; reconstituir o Prontuário das Caldeiras; refazer o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, definindo os exames complementares para as atividades de eletricitas, trabalhos em altura, manuseio de produtos químicos insalubres e refazer os Atestados de Saúde Ocupacional dos empregados envolvidos.

O processo Industrial da celulose consiste nas seguintes etapas:

- 1 - recebimento, pesagem e empilhamento das toras de madeiras;
- 2 - transporte das toras de madeira, através de muncks, até o descascador de madeiras;
- 3 - neste equipamento as toras são descascadas e transportadas por esteiras, até o picador;
- 4 - a madeira picada (maravalha) é transportada, através de esteiras, até o digestor;
- 5 - no digestor, aos 8.000 (oito mil) kg de madeira picada são acrescentados 100(cem) kg de enxofre e 2.580 (dois mil, quinhentos e oitenta quilos) kg de soda cáustica a 120gr/l (cento e vinte gramas por litro). Coloca-se a água, 20.000 (vinte mil) litros, proveniente das caldeiras, a qual permanece superaquecida à temperatura aproximada de 150º centígrados, e com pressão de 10 kg/cm² (dez quilos por centímetro quadrado) até completar 90.000 kg (noventa mil quilos) de mistura. O tempo despendido nesse processo é de 3 (três) horas;
- 6 - quando o produto (polpa de celulose) sai do digestor, passa numa peneira onde é separada a parte líquida (licor negro ou lixívia) da parte sólida. A polpa é estocada em tanque próprio em uma concentração mais alta que a concentração anterior;
- 7 - a mistura é bombeada para a máquina de produção de papel. Na mesa formadora, a massa é despejada na caixa de entrada e, por aquecimento, evaporação e prensagem inicia-se o processo de formação da película de papel;
- 8 - o papel seco é preparado em rolos na máquina bobinadora de papel;
- 9 - a bobina é cortada na largura solicitada pelo cliente, na cortadeira-rebobinadora;
- 10- finalmente, a bobina é levada para estocagem e posteriormente para o embarque em caminhões.

O material utilizado no processo industrial fica assim distribuído nas dependências da indústria:

- a) O enxofre é estocado numa área a céu aberto, próximo à fábrica, e o carregamento dos 100 kg é feito manualmente;
- b) O hidróxido de cálcio é preparado em grandes tanques, a partir de cal virgem e água;

- c) A cal virgem chega à fábrica em embalagens plásticas de polipropileno de 1.000 kg (mil quilos) (magsacs), sendo descarregada através de ponte rolante em tanque de estocagem, e enviada ao tanque de preparação da solução de hidróxido de cálcio através de esteira rolante;
- d) O sulfato de alumínio é estocado em tanques;

Para a execução de todo o processo industrial são utilizados quatro tanques de mistura, em série, da seguinte forma: o primeiro é denominado de tanque de licor fraco; os dois seguintes, de tanque de licor médio e o último de tanque de licor negro.

As áreas de apoio à produção são compostas de: um laboratório químico; um laboratório físico; uma oficina de manutenção elétrica, uma oficina mecânica e serviços de construção civil.

6 - DOS AUTOS DE INFRAÇÃO

	Nº do AI	Ementa	Descrição	Capitulação
1	01925293-5	124208-3	Permitir refeições nos locais de trabalho em atividade insalubre, perigosa ou incompatível com o asseio corporal.	art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 24.3.15.5, alínea "c", da NR-24, com redação da Portaria nº 3.214/1978.
2	01925294-3	124196-6	Manter refeitório em local inadequado ou manter refeitório com comunicação direta com os locais de trabalho e/ou instalações sanitárias e/ou locais insalubres e/ou locais perigosos.	art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 24.3.13 da NR-24, com redação da Portaria nº 3.214/1978.
3	01925295-1	108018-0	Deixar de proteger as aberturas nos pisos e nas paredes contra queda de pessoas e objetos.	art. 173 da CLT, c/c item 8.3.2 da NR-8, com redação da Portaria nº 12/1983.
4	01925296-0	108022-9	Deixar de dotar os andares acima do solo de guarda-corpo de proteção contra quedas.	art. 170 da CLT, c/c item 8.3.6 da NR-8, com redação da Portaria nº 12/1983.
5	01925297-8	109069-0	Deixar de adotar as medidas necessárias e suficientes para a eliminação, a minimização ou o controle dos riscos ambientais.	art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 9.3.5.1 da NR-9, com redação da Portaria nº 25/1994.
6	01925298-6	210122-0	Deixar de adotar, em todas as intervenções em instalações elétricas, medidas preventivas de controle do risco elétrico e de outros riscos adicionais, mediante técnicas de análise de risco, de forma a garantir a segurança e a saúde no trabalho.	art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 10.2.1 da NR-10, com redação da Portaria nº 598/2004.
7	01925299-4	111046-2	Manter equipamento de transporte motorizado sem sinal de advertência sonora.	art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 11.1.7 da NR-11, com redação da Portaria nº 3.214/1978.
8	01925300-1	210012-6	Deixar de constituir Prontuário de Instalações Elétricas.	art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 10.2.5 da NR-10, com redação da Portaria nº 598/2004.
9	01925267-6	123080-8	Deixar de manter um aprisionamento conveniente de água sob pressão.	art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 23.10.1 da NR-23, com redação da Portaria nº 3.214/1978.
10	01925189-1	112067-0	Utilizar máquina ou equipamento cujos dispositivos de	art. 184 da CLT, c/c

			acionamento e parada sejam localizados de modo que não seja possível o acionamento ou desligamento em caso de emergência, por outra pessoa que não seja o operador.	item 12.2.1, alínea "c", da NR-12, com redação da Portaria nº 12/1983.
11	01925269-2	112061-1	Deixar de manter áreas reservadas para corredores e armazenamento de materiais, devidamente demarcadas.	art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 12.1.5 da NR-12, com redação da Portaria nº 12/1983.
12	01925268-4	112072-7	Manter expostas transmissões de força de máquina ou equipamento.	art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 12.3.1 da NR-12, com redação da Portaria nº 12/1983.
13	01925270-6	109042-9	Deixar de elaborar e/ou de implementar o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais.	art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 9.1.1 da NR-9, com redação da Portaria nº 25/1994.
14	01925271-4	001008-1	Deixar de conceder um intervalo de 15 (quinze) minutos, quando a duração do trabalho ultrapassar de 4 (quatro) horas e não exceder de 6 (seis) horas.	art. 71, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
15	01925272-2	124185-0	Deixar de disponibilizar armários individuais de compartimento duplo, nas atividades e operações insalubres e/ou nas atividades incompatíveis com o asseio corporal, que exponham os empregados a poeiras ou produtos graxos e oleosos.	art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 24.2.11 da NR-24, com redação da Portaria nº 3.214/1978.
16	01925273-1	111043-8	Deixar de submeter operador de equipamento de transporte com força motriz própria a treinamento específico.	art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 11.1.5 da NR-11, com redação da Portaria nº 3.214/1978.
17	01925274-9	109040-2	Desconsiderar o conhecimento e a percepção que os trabalhadores têm do processo de trabalho e dos riscos ambientais no planejamento e execução do PPRA.	art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 9.6.2 da NR-9, com redação da Portaria nº 25/1994.
18	01925275-7	109061-5	Deixar de contemplar, na etapa de reconhecimento dos riscos do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, a determinação e localização das possíveis fontes geradoras.	art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 9.3.3, alínea "b", da NR-9, com redação da Portaria nº 25/1994.
19	01925177-7	112088-3	Permitir a permanência de pessoa não autorizada na área de trabalho com máquina ou equipamento.	art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 12.6.4 da NR-12, com redação da Portaria nº 12/1983.
20	01925178-5	117037-6	Deixar de realizar a análise ergonômica do trabalho, para avaliar a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores ou realizar análise ergonômica do trabalho que não aborde aspectos relacionados ao levantamento, transporte e descarga de materiais e/ou ao mobiliário e/ou aos equipamentos e às condições ambientais do posto de trabalho e/ou à organização do trabalho.	art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 17.1.2 da NR-17, com redação da Portaria nº 3.751/1990.
21	01925179-3	124010-2	Deixar de disponibilizar material para a limpeza, enxugo ou secagem das mãos no lavatório ou permitir o uso de toalhas coletivas no lavatório.	art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 24.1.9 da NR-24, com redação da Portaria nº 3.214/1978.
22	01925180-7	113111-7	Deixar de apresentar Prontuário e/ou Registro de Segurança e/ou Projeto de Instalação e/ou Projetos de Alteração ou Reparo e/ou Relatórios de Inspeção da Caldeira.	art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 13.1.6.3 da NR-13, com redação da

				Portaria nº 23/1994
23	01925181-5	001398-6	Deixar de efetuar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, o pagamento integral do salário mensal devido ao empregado.	art. 459, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
24	01925182-3	000044-2	Deixar de conceder intervalo para repouso ou alimentação de, no mínimo, 1 (uma) hora e, no máximo, 2 (duas) horas, em qualquer trabalho contínuo cuja duração exceda de 6 (seis) horas.	art. 71, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
25	01925183-1	000036-1	Deixar de conceder ao empregado um descanso semanal de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas.	art. 67, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
26	01925184-0	001479-6	Deixar de computar a hora noturna como de 52 (cinquenta e dois) minutos e 30 (trinta) segundos.	art. 73, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
27	01925186-6	000018-3	Prorrogar a jornada normal de trabalho, além do limite legal de 2 (duas) horas diárias, sem qualquer justificativa legal.	art. 59, caput c/c art. 61, da Consolidação das Leis do Trabalho.
28	01925187-4	000043-4	Manter empregado trabalhando em dias feriados nacionais e religiosos, sem permissão da autoridade competente e sem a ocorrência de necessidade imperiosa de serviço.	art. 70 da Consolidação das Leis do Trabalho.
29	01925188-2	124205-9	Deixar de dotar o local para consumo de refeições de equipamento para aquecer as refeições.	art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 24.3.15.1, alínea "g", da NR-24, com redação da Portaria nº 3.214/1978.

7 - DESCRIÇÃO DAS IRREGULARIDADES TRABALHISTAS

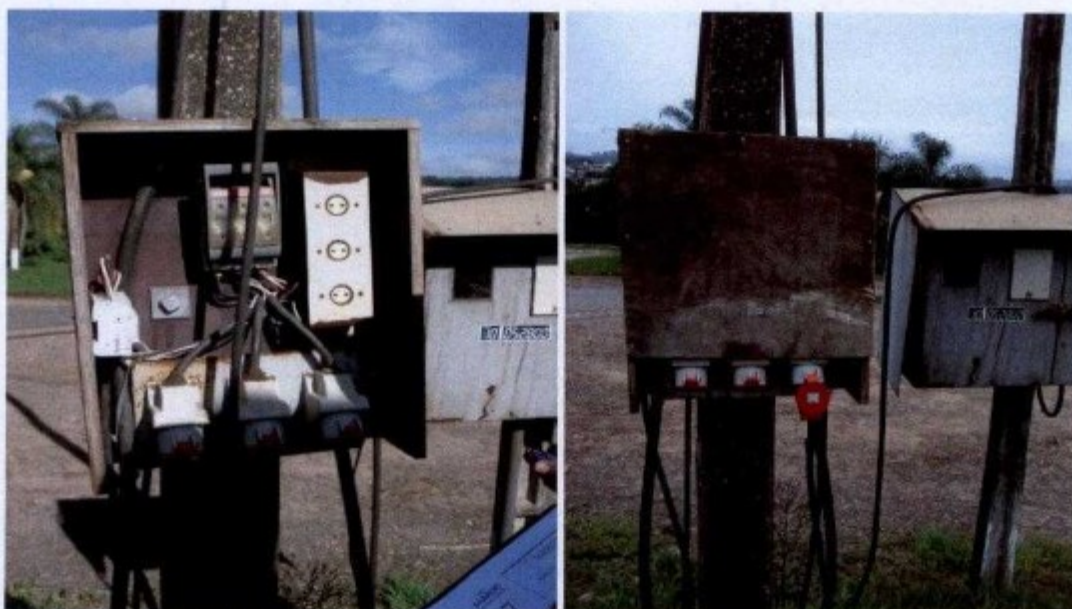
Constatamos inúmeras irregularidades tais como; 1- a empresa permitia que os empregados fizessem a tomada das refeições nos locais de trabalho, em meio a um ambiente de trabalho em que se executam atividades insalubre, perigosa ou incompatível com a necessária higiene indispensável ao ser humano, favorecendo, dessa forma o surgimento de enfermidades diversas. Ressalte-se que os trabalhadores executam turno ininterrupto de trabalho, com jornada de seis horas; 2- O local destinado às refeições tinha comunicação direta com as instalações sanitárias, expondo seus empregados a riscos de contaminação por bactérias; 3- Constatamos a existência de diversas aberturas nos pisos da fábrica favorecendo, dessa forma que os trabalhadores sofressem acidentes de natureza grave; 4- Havia aberturas nos pisos e nas paredes sem a devida proteção contra queda de pessoas e objetos; 5- Não adotava medidas necessárias e suficientes para a eliminação, a minimização ou o controle dos riscos ambientais; 6- Não adotava, em todas as intervenções em instalações elétricas, medidas preventivas de controle do risco elétrico e de outros riscos adicionais, de forma a garantir a segurança e a saúde no trabalho; 7- Mantinha equipamento de transporte sem sinal de advertência sonora; 8- Não havia prontosuários de instalações elétricas; 9- Não tinha em operação a rede de extinção de fogo por meio de água, (segundo foi informado, o projeto já existe e está aprovado pelo Corpo de Bombeiros, desde junho de 2006, cuja execução da obra ainda não foi iniciada); 10- Havia máquinas e equipamentos com dispositivos de acionamento e parada localizados de modo que não era possível o acionamento ou desligamento em caso de emergência, por outra pessoa que não fosse o operador; 11- Não mantinha áreas reservadas para corredores e armazenamento de materiais, devidamente demarcadas; 12- Mantinha expostas transmissões de força de máquina ou equipamento; 13- Não possuía Programa de Prevenção de Riscos Ambientais; 14- Não disponibilizava armários individuais de compartimento duplo, nas atividades e operações insalubres e/ou nas atividades incompatíveis com o asseio corporal, que exponham os empregados a poeiras ou produtos graxos e oleosos; 15- Não submetia operadores de equipamento de transporte com força motriz própria a treinamento específico; 16- Ocorrência de acidentes de trabalho que se repetem e o processo de trabalho continua o mesmo, como é o caso

da limpeza da fornalha da caldeira. O processo de trabalho, segundo relatado em Comunicação de Acidente do Trabalho em 18 de março de 2008 consiste em um operador segurar o vergalhão para o outro bater com uma marreta. O trabalhador acidentado foi o Sr. [REDACTED], operador de forno. Outro acidente semelhante ocorreu com o Sr. [REDACTED] operador de caldeira, em 24 de março de 2008; **17-** Havia algumas improvisações na fábrica (gambiarras), feitas pelos trabalhadores para sanar alguma dificuldade de processo, e não analisadas pela direção industrial; **18-** Não foram determinadas e localizadas possíveis fontes geradoras de riscos na etapa de reconhecimento dos riscos do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA); **19-** Era Permitida a permanência de pessoa não autorizada na área de trabalho com máquina ou equipamento, contrariando, dessa forma, Norma Regulamentadora expressa; **20-** Não havia análise ergonômica do trabalho para avaliar a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores nem análise ergonômica do trabalho abordando aspectos relacionados ao levantamento, transporte e descarga de materiais, nem tampouco com relação ao mobiliário, aos equipamentos e às condições ambientais dos locais de trabalho; **21-** Aos trabalhadores não era disponibilizado material para a limpeza, enxugo ou secagem das mãos no lavatório; **22-** Aos trabalhadores não era concedido um intervalo de 15 (quinze) minutos, quando a duração do trabalho ultrapassar de 4 (quatro) horas e não exceder de 6 (seis) horas.

Todas as circunstâncias efetivamente constatadas durante esta operação, encontram-se relatadas, com mais detalhes, no corpo dos autos de infração acima relacionados, com as respectivas ementas e capitulações, cujas cópias dos respectivos instrumentos integram o presente relatório de fiscalização.

As fotografias a seguir apresentadas, por si só, mostram a situação anteriormente encontrada na planta industrial, bem como, a regularização dos mesmos itens no curso da ação fiscal.

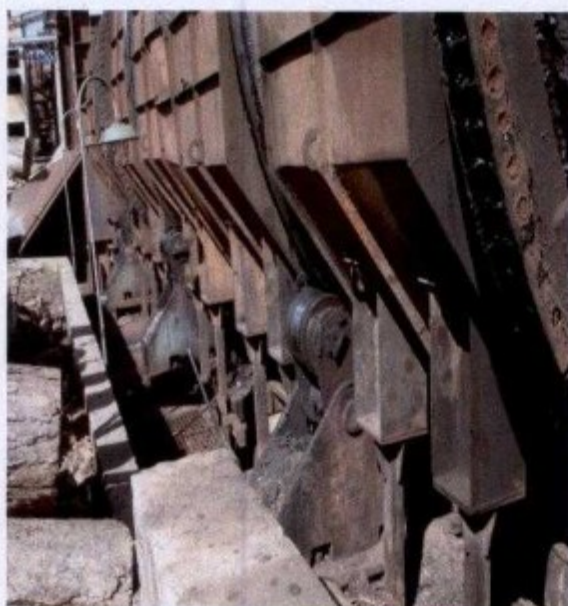
As fotografias da esquerda mostram a situação que existia, na indústria, antes das inspeções realizadas e as da direita retratam a situação regularizada por meio da ação fiscal.



Isolamento do quadro elétrico



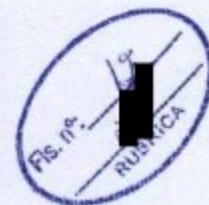
Retirada de óleos e lubrificantes antes expostos em área a céu aberto



Proteção da área em desnível junto ao desfibrador



Colocação de proteções (guarda-corpo) na área da correia transportadora



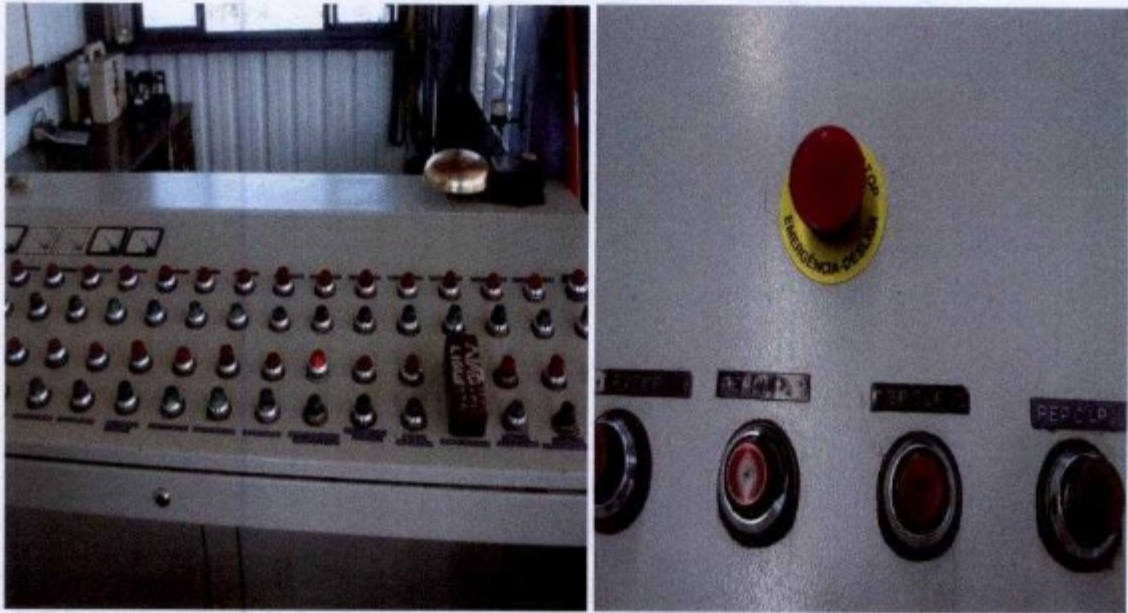
Isolamento do transformador de energia



Sinalização da área de carregamento de cavacos



Cercamento de abertura do piso no segundo pavimento da edificação, onde se encontra a lavadora desativada



Instalação do botão de parada de emergência no painel de comando da lavadora alcalina



Proteção das aberturas no piso



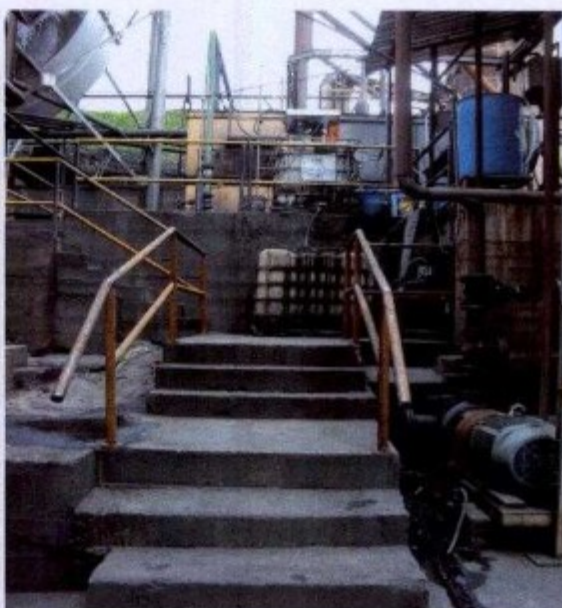
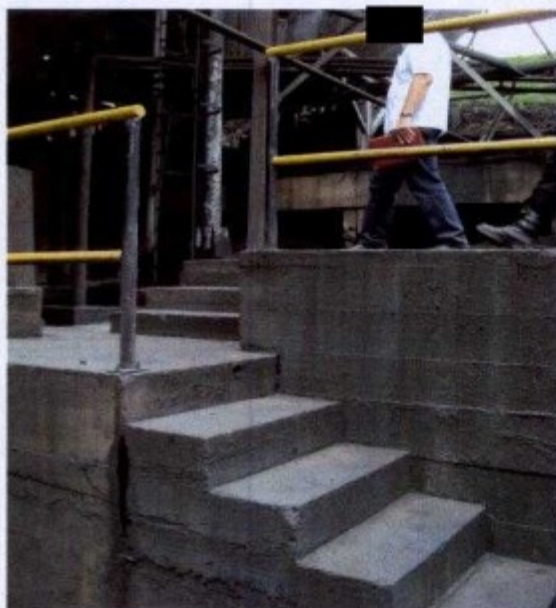
Armazenamento dos Big- Bags com o devido afastamento em relação às paredes da edificação



Adequação do empilhamento das bobinas de papel em relação às regras para trabalho em altura



Proteção das pontas dos vergalhões expostos



Instalação do corrimão na escada do setor de caldeiraria



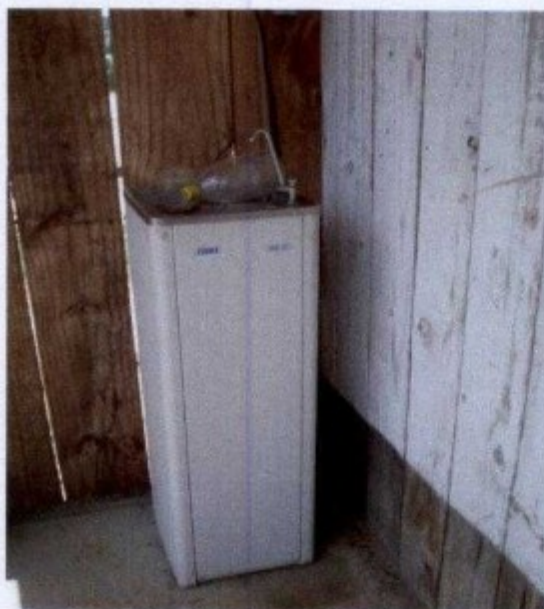
Sinalização de área sobre a passarela da correia transportadora



Proteção das transmissões de força do disco policorte



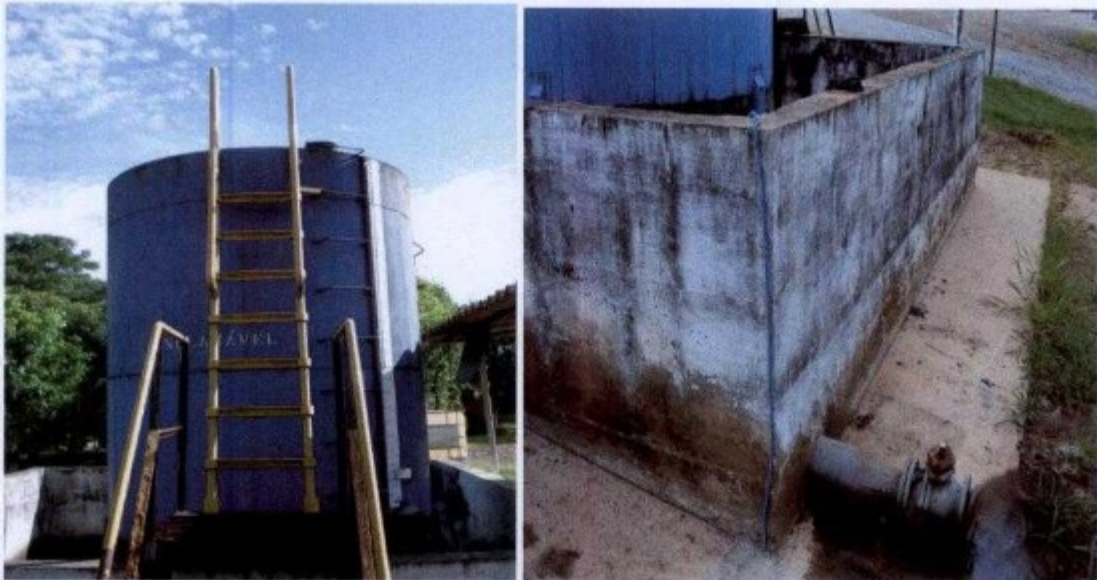
Proteção da parte ativa da serra circular



Instalação de extintor de incêndio



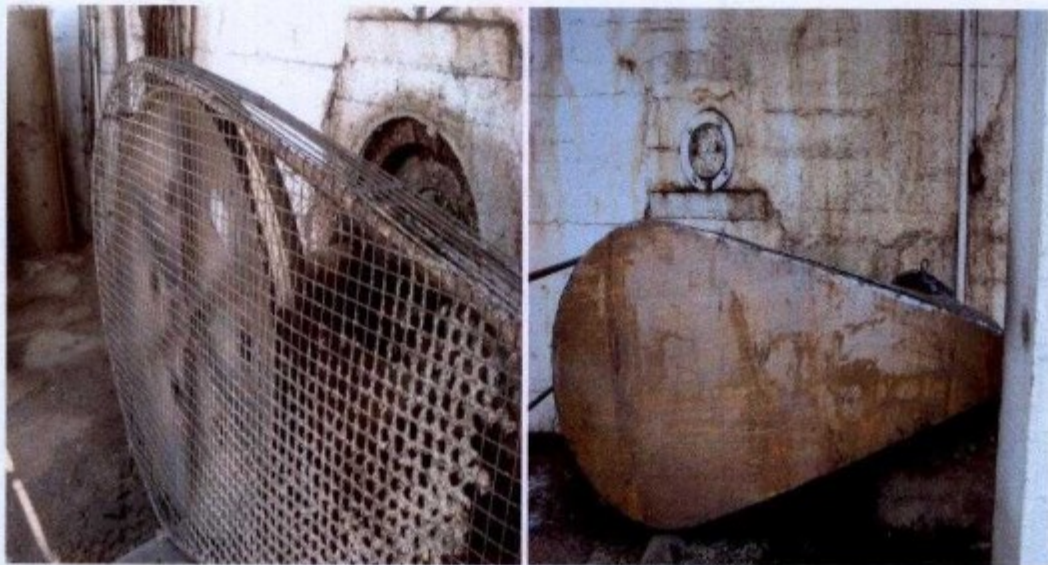
Liberação da escada de acesso ao pátio



Aterramento elétrico do tanque de armazenamento de diesel



Instalação de rodapés nos pavimentos superiores



Proteção das transmissões de força de máquinas e equipamentos




Instalação na escada de proteções tipo guarda-corpo


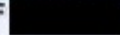
8 – CONCLUSÃO

No curso da ação fiscal, conforme descrito no item 5- **(DESCRIÇÃO DA AÇÃO FISCAL)**, às folhas 5 do presente relatório, foi concedido prazo de 72hs (setenta e duas horas) para regularização dos itens relacionados à saúde e segurança no trabalho apontados nos correspondentes autos de infração, no que a empresa atendeu, sanando as irregularidades, de forma a tornar viável seu funcionamento, conforme demonstrado nas fotografias acima.

Assim sendo, a fiscalização realizada na indústria concluiu que o trabalho encontrado não se assemelhava às condições degradantes de trabalho nos moldes do Artigo 149 do Código Penal Brasileiro.

Curitiba-PR, 15 de dezembro de 2009


Coordenadora de Grupo Móvel – Região Sul


Auditora-Fiscal do Trabalho
CIF 

¹ AFT designada pela coordenadora de Grupo Móvel para elaboração do presente relatório